

PARECER JURÍDICO Nº 070/2016.

ASSUNTO: Homologação - Concorrência nº 001/2016

Em cumprimento ao comando do Parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, procedemos à análise do processo licitatório Concorrência nº 001/2016, do tipo menor preço, visando a alienação de bens imóveis recebidos em dação em pagamento, em conformidade com as descrições e características constantes do Anexo I.

Identifica-se dos autos que a necessidade da contratação, está expressa no Memorando Interno, expedido pela Presidência, na datado de 01/02/2016.

Preliminarmente, cabe destacar que a documentação utilizada para deflagração do certame seletivo sob comento já foi objeto de análise por esta Assessoria Jurídica, nos termos do Parecer Jurídico nº 046/2016, datado de 23/02/2016, às fls. 29, em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

O Aviso de Licitação foi publicado no Jornal Tribuna do Paraná (fls. 60), no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 57), no Jornal Folha de Campo largo (fls. 59), na data de 26/02/2016 e no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 58), na data de 25/02/2016.

O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 25/02/2016, às fls. 56, conforme determina a Instrução Normativa nº 37/2009.

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.



O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL.

O ato de designação da Comissão Permanente de Licitação (Portaria nº 004/20146) encontra-se devidamente juntada ao processo licitatório, às fls. 53.

A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública (fls. 64/65), às **09h00min do dia 30/03/2016**, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, o qual se verifica o recebimento de 01 (uma) proposta tempestiva.

- BRITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. – ME.

Diante da análise dos documentos de habilitação, realizada durante a sessão, foi considerada habilitada a empresa proponente: BRITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – ME.

Após proferido julgamento da fase de habilitação, a licitante apresentou Termo de Renúncia ao Direito de Recurso da fase de habilitação, conforme documentos de fls. 753.

Considerando a renúncia expressa quanto ao direito de recurso, a Comissão procedeu à abertura e análise dos envelopes n.º 02, conforme se verifica da Ata de Abertura às fls. 64/65.

Adotando-se o critério de julgamento da proposta previsto no edital, consagrou-se vencedora da Concorrência n.º 001/2016, a empresa BRITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME, o qual ofertou o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)

Após proferido julgamento das propostas, a licitante apresentou Termo de Renúncia ao Direito de Recurso da Fase de Julgamento das Propostas, conforme documento de fls. 76.

Quanto à publicação do resultado do julgamento da proposta, identifica-se a regular publicação do resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR, no dia 30 de março de 2016, as fls. 78.

Revela-se inegável que a finalidade da publicidade foi atingida, proporcionando amplo acesso e interesse no objeto ora licitado, bem como a efetivação da compra abaixo do valor estimado.

Pela apreciação dos atos e termos do presente procedimento, verifico que os mesmos encontram-se revestidos das formalidades legais consubstanciadas na Lei n.º 10.520/02, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Devido ao exposto, opino que o presente procedimento licitatório, sob o aspecto legal, está em condições de ser homologado.

S.M.J.

É o parecer.

Campo Largo, 05 de abril de 2016.

Otávio Dias Pereira Junior

OAB/PR 28.139

*Atestado o Parecer
Juzado em Ave.
to.
C.L., 05/04/16*